



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

No dia 1 de fevereiro de 2017, os deputados abaixo-assinados enviaram à Senhora Ministra do Mar a Pergunta 3093/XIII/2.^a sobre “Recuperação do Litoral português através de sistemas de transposição sedimentar”, sem que, até à data, houvesse resposta.

De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, terminou já o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta.

Os deputados abaixo-assinados vêm, deste modo, submeter novamente as questões anteriormente colocadas, abstendo-se de repetir os considerandos formulados na Pergunta 3093/XIII/2.^a, aguardando resposta no prazo fixado pela lei.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer à Ministra do Mar, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1. Em que se baseou o Governo, e nomeadamente o Ministério que V. Exa. tutela, para não levar por diante os estudos recomendados pelo Grupo de Trabalho para o Litoral no seu relatório final e optar por outra solução?

2. Quando serão realizados os estudos recomendados pelo GTL, de análise detalhada das vantagens e desvantagens das soluções adotadas em casos análogos aos da Figueira da Foz, bem como de análises custo-benefício, de análises multicritérios e de estudos de avaliação ambiental baseados na modelação da dinâmica local costeira, tendo em vista introduzir racionalidade e sustentabilidade às operações de transposição sedimentar preconizadas no relatório?

3. Está a resolução deste problema, em concreto, a ser articulada entre o Ministério do Mar e o Ministério do Ambiente? De que modo?

Palácio de São Bento, 8 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

ÁLVARO CASTELO BRANCO(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)